ATA **JUNHO/2024** – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 20 de junho de 2024, às 18h, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, situado à Avenida Koeler, 260 - Centro, Petrópolis, RJ.

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por meio do Diário Oficial nº 6930, de dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, Centro de Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras: ALINE DE CARVALHO LIMA, ANDREA VIEIRA AREAS, ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE ALCÂNTARA, AUREA GONÇALVES DA SILVA, CAMILA ZAIDEN REMPTO, CARLA DE SOUZA VALLE, CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS BRITO, CRISTIANE NOGUEIRA MONTEIRO, DANIELA JORGE DE SOUZA, ELIANA VITORIO DE OLIVEIRA, FLAVIA FERREIRA REZENDE GASPAR, FLOR DE LIS XAVIER DE MENEZES, GLAUCIA DE FÁTIMA BARBAN MORELLI, JANE LUCI DA ROCHA SOUZA, KAROLINE VICTÓRIA CERQUEIRA DOS SANTOS, LETÍCIA RODRIGUES PLÍNIO, LIVIA DE LIMA MIRANDA, LUANA MELLO, MAGALI ARTIS, MARIA DE LOURDES THOMAZ DE SOUZA, MICHELE DO VALLE HOELZ, RAQUEL DA SILVA BEATRIZ, ROSANE KARL RAMOS, SILVIA FERNANDA PEREIRA, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO, SUELEN ABREU AGASSIS RIBEIRO, THAIS JUSTEN GOMES, VERÔNICA FRANCISCO MARCOLINO, VIVIANE ESTER MOREIRA DE BARROS. Também estavam presentes: Vitoria – UJS, Aline, Mariana, Clarice da Secretaria da Pessoa com Deficiência, Daniele Ferres – área técnica da saúde da mulher, Patrícia – enfermeira de PSF, Sol – áreas técnicas e Vitória. A reunião teve como pauta publicada: 1) Aprovação das Atas anteriores; 2) Aprovação do Relatório Final da 7ª Conferência; 3) Apresentação do Termo de

Compromisso firmado entre a Prefeitura, através da COMDEP e o Ministério das Mulheres; 4) Apresentação da Casa da Gestante; 5) Apresentação do Projeto Amamenta Petrópolis; 6) Eleição da Nova Presidente do Conselho pela Sociedade Civil; 7) Assuntos Gerais. A Conselheira Monica Machado, justificou a sua ausência, via whatsapp, pois foi avisada pela titular muito próximo ao horário da reunião, não conseguindo tempo hábil para estar presente. A Conselheira Sueli da Silva, justificou a sua ausência, via whatsapp, por motivos de saúde. A Conselheira Magali Artis, justificou sua ausência, via chamada telefônica, por motivos de saúde. A Conselheira Simone Izidio, justificou sua ausência, via whatsapp, pois precisou resolver demandas na sua comunidade. A Conselheira Rosane Ramos, justificou sua ausência, via whatsapp, por motivos de saúde e na oportunidade, justificou que sua suplente, Lilian Regina Nogueira, já estava em outra agenda marcada para o mesmo horário. A entidade UNALGBT não apresentou justificativa de ausência das suas representantes. A Presidente Thais Justen deu início à reunião às dezoito horas e trinta minutos, após cumprimentar e agradecer a presença de todos, fez a leitura da ordem do dia. Como primeiro ponto de pauta, A Presidente Thais Justen colocou em votação a aprovação das atas dos meses de março e maio, todas as conselheiras presentes aprovaram sem ressalvas. No item 2 da pauta, a Secretária Executiva Gisele Cristina, afirmou ter enviado o Relatório Final da 7ª Conferência Municipal de Políticas para as mulheres, por e-mail e pelo grupo do Whatsapp, colocando o mesmo para aprovação do Conselho. Todas as Conselheiras aprovaram sem ressalvas. O item 3 da pauta, sobre a apresentação do termo de compromisso firmado entre a Prefeitura, através da COMDEP e o Ministério das Mulheres. A Presidente da COMDEP, Érica Lelis solicitou que a Diretora de Políticas Públicas da Secretaria da Mulher, Rafaela Máximo, lhe auxiliasse nesta apresentação, pois a mesma teve importante participação na construção do Projeto para este Programa. Érica disse que no dia 28 de maio esteve em Brasília – DF, para assinar com o Ministério das Mulheres, o Programa Pró- Equidade de Gênero e Raça, trazendo uma esperança, uma mudança de comportamento das pessoas, quanto as questões raciais e as mulheres da sociedade. Quando se tomou conhecimento que as inscrições estavam abertas, a Mari da COMDEP, a Secretária da Mulher, Thaís Justen e a Diretora Rafaela Máximo, elaboraram o projeto em uma força tarefa, concluindo-o em apenas 4 dias. Érica disse que o Projeto foi selecionado dentre grandes nomes e marcas que já vinham trabalhando em seus projetos

há aproximadamente 6 meses. Érica disse que é motivo de orgulho, representar o município de Petrópolis em Brasília – DF, através da COMDEP, dentre tantas marcas famosas, tais como a Coca-Cola, o BNDES, a Cielo, o Correio e etc... Rafaela disse que a importância desse projeto, visa tornar o ambiente profissional mais equânime na questão de gênero e raça e o momento que a COMDEP está, onde temos uma mulher, preta e periférica, na Presidência da Companhia. O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, certifica que a empresa tem o compromisso de igualdade entre mulheres e homens no mundo trabalhista, com a promoção da cidadania e da Igualdade Racial. Com o Selo, a Comdep se destacará com a preocupação pela sustentabilidade social e com a diversidade, sendo reconhecida internacionalmente. Servirá como referência para outras empresas que queiram aderir este selo. Esta é a sétima vez que o Ministério das Mulheres promove este selo e no próximo ano, outras empresas poderão ser estimuladas a participar, através da COMDEP. A Companhia da COMDEP sendo Pró-Equidade, a desigualdade social e a diferença entre homens e mulheres, pessoas de pele branca e pele negra, fará com que os menos favorecidos ocupem cargos mais elevados, não representando somente cargos de subserviência. Érica disse que todos os eventos que contam com o apoio da COMDEP, ela solicita que a logo da Companhia seja incluída em suas divulgações, pois em todos a COMDEP está presente para auxiliar na limpeza e manutenção. Rafaela disse que este selo é uma conquista para o governo municipal, que é uma gestão que se preocupa com a diversidade de gênero. Érica disse que este selo contou com a parceria entre a Comdep, a Secretaria da Mulher e a Coordenadoria de Promoção à Igualdade Racial, que iniciará um trabalho na Comdep com rodas de conversas, palestras, sobre o letramento racial, para que todos aprendam sobre o assunto, fazendo assim a integração com os equipamentos que a prefeitura possui e a Companhia. Rafaela disse que será ampliado a divulgação do disk-racista. A Presidente Thaís Justen parabenizou Érica Lelis pelo Selo, pelo momento histórico na presidência da Comdep, coincidindo com a criação da Secretaria da Mulher. A conselheira Silvia Fernanda disse que sempre que se tem um sentimento bom por alguém, isso precisa ser externado, parabenizando Érica pela posição de destaque na COMDEP, pois a conhece há muitos anos e sabe da sua trajetória, tendo a certeza que vale a pena lutar todos os dias. O item 4 da pauta, a Presidente Thais Justen disse que a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera tinha a previsão de data para inauguração, no dia 24 de junho, que

esteve presente no dia 06 de junho, juntamente com algumas conselheiras, a Secretária-Chefe de gabinete, Luciane Bomtempo e membros da Secretaria da Mulher, convidando a todas para estarem na inauguração da Casa da Gestante, Bebê e Puérpera, que está localizada na patê de cima dos Hospital Alcides Carneiro, próximo a parte ambulatorial do hospital. A Presidente Thais Justen enalteceu o compromisso que o Prefeito Rubens Bomtempo tem com a saúde do município e convidou a técnica Daniele Ferres para dar a informação técnica dessa enorme conquista para o município de Petrópolis, um equipamento que a rede privada não dispõe. Daniele Ferres fez a explanação técnica, a partir da portaria nº 1020 de 29 de maio de 2013, trazendo algumas características necessárias para a criação deste equipamento. A Casa da Gestante, Bebê e Puérpera atenderá as gestantes de alto risco, bebês que ainda necessitam de algum cuidado mais de perto, mas que não precisam ficar internadas em ambiente hospitalar e as puérperas que seus bebês estarão na neonatal e suas residências são distantes do hospital. A Conselheira Ângela, disse que a Casa da Gestante foi uma proposta discutida e aprovada pelo COMDIM. Dando continuidade, Daniele Ferres disse que a portaria institui as diretrizes de atenção à saúde nas gestações de alto risco e inclui também bebês e puérperas, para implantação em habilitação nos serviços de referência em gestação de alto risco. Em conformidade com a Rede Cegonha, que é um comitê da área da saúde, que abrange todo o acolhimento à gestante e cuidado. É uma casa de acolhimento provisório e esta triagem é feita pelo hospital a partir de alguns requisitos. A Casa da Gestante, Bebê e Puérpera precisa ter um vínculo com uma unidade hospitalar com maternidade neonatal, que neste caso, trata-se do Hospital Alcides Carneiro, para que a gestante fique mais próxima do hospital que está preparado para partos de alto risco. A capacidade de acolhimento da Casa, varia de 10 a 20 pacientes, a casa precisa estar em um raio de até 5 km do hospital vinculado, a responsabilidade técnica e administrativa cabe ao hospital ao qual a Casa está vinculada. Suas acomodações dispõem de dormitórios, cozinha, banheiros, sala de estar, consultório e sala de enfermagem. O objetivo da casa é apoiar o cuidado a esses três públicos que dão nome ao programa. Os principais requisitos para a gestante são, ela precisa estar com restrição de crescimento fetal, necessitando de monitoramento de vitalidade fetal semanal ou quinzenal,; Gestante que necessite de controle de pressão arterial, de glicemia, que estejam passando por motivo social que a impossibilite de se locomover ou

motivos mentais; Gestante em risco social, drogatização, risco de violência física, sexual ou psicológica; Gestante estável que está com cesárea eletiva marcada para o dia seguinte, mediante triagem realizada pela equipe técnica. Para os bebês recém-nascidos, necessita estar clinicamente estável e pesar acima de um quilo e setecentos gramas; não pode estar fazendo uso de oxigeno terapia, sem necessidade de verificação de saturação, oxigênios e nebulizações; Não pode estar fazendo uso de medicações intravenosas. No caso das puérperas, aquelas que estejam aguardando o parecer do especialista, para a realização de exames ou o uso de medicações exceto as venosas; sem indicação de internação, mas com dificuldades de deslocamento; Puérperas acompanhantes de unidades de internação, UTI Neonatal, que amamentam exclusivamente; Puérperas de internação que realizam ordenha para o seu bebê, que neste caso estará na Neonatal. Daniele Ferres concluiu sua fala, dizendo que trouxe para a plenária as informações que considerou mais importante da Portaria e informou que o Protocolo está em construção pela equipe da área técnica do hospital, que realizará todos os procedimentos. A Conselheira Daniele Jorge perguntou se a casa vai abranger pacientes de outros municípios. Daniele Ferres disse que depende do protocolo que será montado, pois a maternidade abrange até o município de São José. A Conselheira Daniela Jorge disse que se refere às pacientes oriundas de Magé e Piabetá, pois muitas sobem a serra em busca de atendimento médico em Petrópolis. A Conselheira Silvia Fernanda disse que entende a dúvida de Daniela Jorge, pois muitos moradores de outros municípios buscam atendimento médico em Petrópolis, pois vêem que o sistema de saúde em Petrópolis tem mais avanços do que em alguns municípios vizinhos, as vezes até usam comprovantes de residências de parentes e amigos que residem em Petrópolis para ter mais facilidade de acesso ao atendimento. Em resposta, Daniele Ferres disse que isto também ficará a critério do Protocolo e da equipe do Hospital Alcides Carneiro. A Conselheira Ângela Alcântara relatou a experiência que já teve, juntamente com outras conselheiras e ex conselheiras, ao ajudar gestantes que necessitavam de atendimento médico/ hospitalar. Viviane Marques disse que é motivo de orgulho ver a política pública para as mulheres sendo realizada de fato, é motivo de muita alegria para quem faz parte do conselho há mais tempo e ver essa construção acontecer, citando o transporte inaugurado nesta gestão, onde as puérperas e seus recém-nascidos, podem ir para casa com mais tranquilidade, após a alta hospitalar, Viviane

concluiu sua fala, dizendo que sonha em ver acontecer o Hospital da Mulher. A Presidente Thais Justen falou da importância deste serviço, que possui critérios técnicos, mas é essencialmente importante este serviço para as mulheres que estão vivendo o momento da maternidade, e o Projeto foi pensado realmente para acolher, se chama Casa da Gestante, Bebê e Puérpera, pois tem a estrutura de um lar aconchegante, tudo pensado de forma humanizada. Thaís convidou novamente a todas as Conselheiras para estarem na inauguração no dia 24 de junho no Hospital Alcides Carneiro, que contará com a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade e solicitou à Daniele Ferres que seja encaminhado o projeto da Casa ao COMDIM, para mostrar o compromisso e transparência com o Conselho, até mesmo para que a Comissão de Saúde da Mulher tenha informações e possa acompanhar estes protocolos e serviços, e assim poder encaminhar as mulheres da sociedade civil aos equipamentos certos. A Conselheira Karoline Cerqueira informou e convidou à todas, para participarem da XI Conferência do COMCIDADE, falando da importância desta Conferência, pois ela recebe todos os conselhos de Petrópolis, e será realizada de acordo com o calendário nacional, com temas importantíssimos para os conselhos municipais e principalmente para a sociedade. O item 5 da pauta, Patrícia Santos, servidora municipal, enfermeira, idealizadora do Projeto Amamenta Petrópolis, apresentou o projeto que está implantado no município. O Projeto consiste na amamentação com leite humano, ordenhado e oferecido ao bebê, nos Centros de Educação Infantil. Baseado na Lei Municipal nº 8.029 de 20 de setembro de 2020, que permite que as mães possam levar o leite ordenhado para seus bebês nas creches públicas de Petrópolis e amamentarem presencialmente também. Patrícia disse que muitas mães sofrem ao colocarem seus bebês nas creches, quando são informadas que o bebê não pode estar em aleitamento materno exclusivo e esta realidade ocorre a nível nacional. Sendo que de acordo com a OMS e a Sociedade Brasileira de Pediatria, a alimentação por amamentação exclusiva é um direito garantido à criança até os 6 meses de idade. O projeto tem o objetivo de desconstruir essa cultura de desmame precoce e introdução alimentar, através da capacitação dos educadores e demais funcionários das creches, a fim de que saibam manusear este leite ordenhado, como armazenar e oferecer este leite de forma correta para este bebê e também, capacitar as mães a saber ordenhar este leite, armazenar e transportar de forma segura, fortalecendo e promovendo o aleitamento materno no município por meio do aleitamento materno nos

Centros de Educação Infantil – CEI's. Essa articulação integrada ocorreu entre secretaria de saúde e secretaria de educação, através do Programa Saúde na Escola e a ATAM. Para capacitar, inicialmente foi contemplada toda a equipe do CEI Ana Nardi e do CEI Boa Vista. Patrícia ressaltou qe este programa não atende somente bebês até 6 meses, pois é importante o incentivo a amamentação após os 6 meses com a complementação de alimentos sólidos. Atualmente 7 unidades dos 44 CEI's que possuem berçário da rede pública de Petrópolis, estão contemplados com esse programa. Patrícia informou que o Programa Amamenta Petrópolis foi premiado como um dos melhores projetos do Estado do Rio de Janeiro na amostra Estadual do IDEIA SUS da Fio Cruz, como prêmio o município recebeu uma curadoria, recebeu o convite para participar do Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, em Goiania, recebeu também o convite para mostrar o projeto aos deputados federais no Plenário do Congresso Nacional, mostrando que o município de Petrópolis é uma referência em amamentação em âmbito escolar. Patrícia também informou que juntamente com o PSE, a ATAM e toda a Secretaria de Saúde, duas notas técnicas para registrar as orientações necessárias para receber, ordenhar, armazenar, manusear e oferecer este leite materno de forma segura, sem uso de bicos artificiais, que se trata de uma nota para os profissionais dos CEI's e outra para as lactantes, precisam ser publicadas em Diário Oficial, solicitando a ajuda deste conselho para este fim. Cada mãe inserida neste programa recebe uma bolsa com térmica com 6 potes de vidro e um gelox para iniciarem esse processo e quando essa mãe decidir deixar de fazer a ordenha, ela devolve este material para o CEI, que poderá contemplar outra família. Este projeto conta com a parceria da Fio Cruz, UFF, UFRJ, UERJ e ainda existem reuniões acontecendo para expandir o Projeto com novas parcerias. Encerrando sua fala, Patricia ressaltou a questão da publicação das notas técnicas que precisam sair em Diário Oficial. Foi aberta a palavra para perguntas e não havendo nenhuma dúvida, passou para o ponto seguinte desta pauta. Antes de passar para o ponto 6 da pauta, a Presidente Thais Justen disse que o Relatório Final da 7ª Conferência de Políticas para as Mulheres foi aprovado por esta plenária, mas Thaís reforçou o que foi dito na reunião de maio, para que sejam retirados grupos de trabalho de cada um dos eixos discutidos na Conferência, pois vê a necessidade da continuidade da discussão para construir cotidianamente a política pública num conjunto e principalmente os grupos de trabalho dentro do Conselho são muito

importantes para viabilizar tudo o que foi aprovado na conferência. Cada Grupo de trabalho será composto por 4 conselheiras paritariamente definido. Outras pessoas podem participar como ouvintes, mas somente 4 conselheiras farão parte dessa composição. Estes grupos discutirão sobre os temas afins, marcando reuniões para elaborar formas de viabilizar enquanto políticas públicas. No item 6 desta pauta, falou sobre a eleição da Nova Presidente do Conselho por parte da Sociedade Civil. A Presidente Thais Justen perguntou dentre as conselheiras da sociedade civil, quem estaria apresentando sua candidatura como nova presidente. As Conselheiras Ângela Alcântara e Livia Miranda, colocaram-se de pé neste momento, pedindo a conselheira Livia Miranda, a palavra inicial. Concedida, a Conselheira Livia Miranda disse que chegou a articular sua candidatura na reunião ordinária de maio, mas que neste momento estava retirando a mesma, pois estaria se candidatando ao cargo de vereadora do município, visando que a luta das mulheres tem diversos espaços fundamentais, seja ele no conselho, no poder legislativo e no poder executivo. Os espaços dessa luta não estão somente no parlamento, o Conselho também é um espaço político e diante disso, Livia concluiu sua fala, retirando a sua candidatura à Presidência do Conselho dizendo que Ângela tem condições de conduzir este conselho e que existem outras lutas o município a serem pautadas, dentre elas, uma delegacia da mulher, que já é pauta deste conselho há muito tempo; a Casa da Mulher Brasileira, para acolher as mulheres que são vítimas de violência; o Hospital da Mulher; uma série de pautas que podem contribuir muito no município e para isso, precisa-se de mulheres na política, concluiu Lívia. A Conselheira Ângela parabenizou Lívia, por sua fala e posicionamento, ressaltando que as mulheres do município estarão muito bem representadas na Câmara dos Vereadores através de Lívia, desejando-lhe sorte e sucesso em sua campanha. Sendo então a única conselheira a apresentar candidatura, a Conselheira Ângela Maria de Araújo Alcântara foi eleita a nova Presidente do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – COMDIM, representando a Sociedade Civil pelo biênio de 2024 a 2026. Ângela, agora empossada, passou a ocupar a cadeira de Presidente do Conselho e conduzir esta reunião e em sua fala, disse que já participa deste conselho há muitos anos e que iniciou sua vida política aos 14 anos, alfabetizando algumas pessoas pelo antigo método MOBRAL. Trabalhou em uma entidade federal por 18 anos; A Conselheira Ângela disse que é jornalista por formação, mas gosta de ajudar a todos. A Conselheira Ângela Alcântara

disse que tem forças para continuar a caminhada, apesar do tratamento contra o câncer, que já faz há mais de 2 anos e que estará representando a todos neste mandato presidencial, representará o Prefeito Rubens Bomtempo, a Luciane Bomtempo e toda a Sociedade Civil, agradecendo ao Prefeito e amigo pessoal, Rubens Bomtempo, por todo o apoio que lhe deste nesse período em que está em tratamento de saúde, agradeceu à Karoline Cerqueira por todo o tempo que se conhecem, agradeceu a Thaís Justen, que neste momento de posse, ela espera que Thaís seja indicada à vice-presidente deste conselho, agradeceu à todas as conselheiras presentes, à secretária executiva pelo profissionalismo, às suas filhas por estarem sempre do seu lado, as funcionárias da COMDEP e a Patrulha Maria da Penha. A Conselheira Thais Justen, agradeceu e parabenizou Ângela, por estar de volta a presidência do Conselho, por toda a sua trajetória histórica na luta pelas mulheres e sociedade de modo geral e disse que divergências existem, mas aprender com as divergências contribui muito para o crescimento da Política Pública. Sobre a fala de Lívia, Thaís agradeceu e parabenizou-a por sua intenção em disputar as eleições 2024 para vereança deste município, uma vez que vê a importância de cada dia mais mulheres conquistarem este espaço, mulheres que entendam das dificuldades passadas pelas mulheres, da discriminação no mercado de trabalho, da violência contra a mulher, mulheres que realmente levem a pauta para a câmara dos vereadores. Em Assuntos Gerais, item 6 da pauta, a secretária executiva Gisele Cristina, disse que o COMDIM possui cadeira representativa no COMCIDADE e no COMPIR, e uma vez que se iniciou um novo mandato da sociedade civil neste conselho é necessário escolher quais conselheiras da sociedade civil, representarão o COMDIM nestes dois conselhos citados. As Conselheiras, Ângela Alcântara e Daniela Jorge se dispuseram a representar o COMDIM no COMCIDADE e as Conselheiras, Raquel da Silva e Eliana Vitorio se dispuseram a representar o COMDIM no COMPIR. Uma vez que, não havendo um número de candidatas maior que o número de vagas informado, as candidatas que se dispuseram tornam-se eleitas e representarão o conselho da seguinte forma: Representantes no COMCIDADE, a conselheira Ângela Alcântara, como titular e a Conselheira Daniela Jorge, como suplente. Representante no COMPIR, a Conselheira Raquel da Silva, com titular e a Conselheira Eliana, como suplente. A Conselheira Andrea Vieira disse que foi ao supermercado Petro Frutras na Rua Paulo Barbosa, na tentativa de estacionar seu veículo no estacionamento

localizado em cima do supermercado citado, porem ao chegar, foi abordado por um homem que aparentava aproximadamente 60 anos, que exigia a chave do veículo a fim de estaciona-lo. Andrea disse que explicou que não havia a necessidade, pois, o estacionamento estava vazio e tinham muitas vagas. Em resposta, o homem disse que se tratava de uma norma do estacionamento. Andrea disse que não queria que ele estacionasse seu veículo e decidiu ir embora do local. Chegando próximo a cabine de pagamento, Andrea disse que perguntou se a conduta daquele homem estava correta, sendo informada novamente que era uma norma do estacionamento. Andrea disse que sua fala foi mal interpretada e com isso foi insultada por parte dos funcionários do estacionamento. A Conselheira Andrea perguntou se o Conselho pode tomar alguma atitude. Ainda contando o ocorrido, Andrea disse que estacionou seu veículo em outro supermercado próximo e quando avistou dois policiais do "Segurança Presente", explicou o ocorrido e pediu ajuda aos agentes, porém a resposta recebida foi que, na ausência de provas eles nada poderiam fazer e aconselharam-na a registrar um Boletim de Ocorrência na 105ª Delegacia de Polícia. A Conselheira Andrea disse que mesmo com o infeliz episódio no estacionamento, foi até o supermercado Petro Frutas, realizar suas compras e após realiza-la, procurou a gerencia do local e explicou a situação. O gerente disse que o serviço de estacionamento é terceirizado e eles não poderiam fazer nada, a não ser pedir desculpas e autorizar que Andrea parasse em outro estacionamento próximo. A Andrea disse que a falta de respeito a ela dispensada era o ponto principal de sua reclamação. A Conselheira Ângela Alcântara orientou que Andrea fizesse um Registro de ocorrência online, feito isto, o Conselho fará uma nota de repúdio, contra o estabelecimento por ter um funcionário sem qualificação para atendimento ao público. A Conselheira Daniela Jorge trouxe para a plenária o caso de uma moradora da Serra Velha, que sofreu violência doméstica por um período aproximado de 9 anos, decidindo denunciar quando o agressor chegou em casa drogado e alcoolizado e tentou agredir novamente a mulher e desta vez, tentou agredir a filha do casal de apenas 7 anos. Daniela disse que o agressor está preso e o auxílio Brasil que a família recebia do governo, estava registrada no nome do agressor e com a prisão acabou sendo cortado. Daniela disse que a vítima relata estar passando por grandes dificuldades sociais e que muitas das vezes, frequenta bares com sua filha, para tentar conseguir doações. Com isso, esta mulher foi denunciada ao Conselho Tutelar. A Conselheira Daniela disse que trouxe caso

para a plenária, com o intuito de pedir ajuda da Secretaria da Mulher e também do Conselho, postaria de ajudar esta mulher, conseguindo para ela, um emprego, cesta básica e o que mais ela tiver direito para poder se reerguer e seguir a sua vida com sua filha e longe do agressor. A Conselheira Thais Justem disse que é importante direcionar as pessoas para a rede municipal de atendimento, disse que houve um erro quando o benefício do Auxílio Brasil foi cadastrado no nome do companheiro da mulher. Thaís se comprometeu a encaminha-la para o CRAM, onde fará o acompanhamento sobre a questão da violência e que por sua vez, encaminhará para o CRAS. A Conselheira Camila Rempto, representante da Secretaria de Assistência Social, também solicitou o contato da mulher que está em situação de vulnerabilidade social para acolhe-la e encaminhá-la ao equipamento certa da secretaria. A Conselheira Thais Justem reforçou que este apoio se abrange a quem precisar, pois o município conta com uma rede de atendimento e é necessário garantir o funcionamento desta rede, para garantir o direito das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Daniela Jorge disse que a mulher relatou que foi hostilizada na delegacia, quando registrou o boletim de ocorrência, disse que o inspetor que fez o registro falou que em pouco tempo ela estaria lá retirando a queixa e sendo agredida novamente. A Conselheira Thais Justen disse que inúmeras são as reclamações do atendimento prestado pela polícia às vítimas de violência e esclareceu que este é um atendimento de responsabilidade estadual, que o município não pode interferir, porém quando a pessoa é atendida no CRAM, a ficha possui uma pergunta sobre como foi o atendimento da vítima pela polícia na delegacia. E a partir das reclamações, estas são encaminhadas para o promotor estadual que tem o poder de punir a polícia. Thais disse que antes de fazer esta mudança na ficha de atendimento, por diversas vezes ela chamou delegados para conversar e a resposta quase sempre em tom irônico, solicitava o nome do policial que fez o atendimento e o nome da vítima, e obviamente não era informado pela equipe do CRAM, pois o atendimento às usuárias é sigiloso. Thais disse que no mês de maio, tiveram 15 reclamações e é necessário mudar a forma como estes policiais agem, porém é um processo de médio a longo prazo. Thais disse que uma das resoluções da 7ª Conferência prevê um convênio com a Polícia Militar, para que os policiais tenham formação específica na questão de violência contra a mulher e com isso, é necessário que os grupos de trabalho funcionem para estudar formas de cobrar que este convênio seja realizado, pois não depende

do município e sim do estado. Thais disse que no grupo de trabalho conseguirá efetivar o que foi dito na conferência. A Conselheira Ângela agradeceu à Thais pelo tempo em que esteve como presidente do Conselho, que o COMDIM está de portas abertas para ajudar nas demandas da secretaria e que o conselho apoiará todo e qualquer evento da secretaria, confirmando sempre presença nos eventos. A Conselheira Sonia Furtado destacou a importância de as conselheiras possuírem um crachá de identificação. A Conselheira Ângela endossou a fala da conselheira Sonia, dizendo que o objetivo do crachá é para facilitar a identificação das conselheiras quando precisar ajudar ou acompanhar uma mulher. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Thais Justen encerrou a reunião às vinte horas e vinte minutos, agradecendo a participação de todas. Essa ata segue lavrada e assinada por mim, Gisele Cristina de Paula Moreira, Secretária Executiva e pela Presidente, Thais Justen.

Gisele Cristina de Paula Moreira
Secretária Executiva do COMDIM

Thaís Justen
Presidente do COMDIM